

Acórdão nº 9.511/2016/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 14.937.2011-80-TCE (C/ 02 Volumes e 01 Anexo)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social, exercício de 2010
RESPONSÁVEL: Senhor **Gilberto do Carmo Lopes Siqueira**
RELATORA: Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Habitação. Ausência do devido acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos recebidos pelos Municípios. Dano ao erário. Irregularidade. Fixação de multa. Correção da Demonstração das Variações Patrimoniais. Notificação do Secretário de Estado de Habitação e Interesse Social. Condenação à devolução de valores. Acompanhamento do registro, no patrimônio do Estado, dos bens imóveis adquiridos e edificados, ainda não lançados. Abertura de processo autônomo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, o **voto da Conselheira-Relatora: a)** nos termos do artigo 51, inciso III, alínea 'b', da Lei Complementar Estadual n. 38/93, **não aprovar** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social, relativa ao exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **Gilberto do Carmo Lopes Siqueira**, em razão da ausência do devido acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos recebidos pelos Municípios de Acrelândia, Manuel Urbano e Senador Guiomard, o que ocasionou dano ao erário, conforme apontado nas subalíneas *m.3 a m.6* (construção de postos não previstos no Plano de Trabalho do Convênio n. 001/2009; apresentação de nota fiscal ilegível - n. 000157 -, encaminhada na 1ª prestação de contas relativas ao Convênio n. 010/2009; divergência entre o Relatório e Execução Físico-Financeiro e a Relação de Pagamentos do Convênio n. 010/2009; notas fiscais sem atesto de recebimento, relativas ao Convênio n. 001/2009, no período de 2010 a 2012), *m.10* (aplicação irregular dos recursos dos Convênios nºs 010/2009 e 018/2009) e *m.12 a m.17* (contratação de empresa por preço superior à melhor proposta apresentada nos processos licitatórios realizados nos Convênios nºs 001/2009 e 010/2009; ausência de documentos que comprovem a habilitação das empresas vencedores dos processos licitatórios dos Convênios nºs 001/2009 e 010/2009; atraso na construção das casas e consequente falta de aditamento dos Contratos nºs 003/2010 e 001/2010, firmados nos Convênios nºs 001/2009 e 018/2009; não correspondência entre a atividade desempenhada pela empresa e o objeto contratado no Convênio n. 010/2009; divergência entre o preço ofertado no processo licitatório e o orçamento da empresa Beta Engenharia Ltda, contratada no Convênio n. 018/2009; inconsistência entre as datas da ata de abertura e reabertura da Tomada de Preços n. 006/2009, além da ausência de identificação dos presentes

(Acórdão nº 9.511/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 03)

que a subscreveram, relativa ao Convênio n. 018/2009), considerando-a **irregular**;

b) cientificar o responsável acerca das ressalvas destacadas: **b.1)** não encaminhamento dos atos de nomeação e exoneração do encarregado pelo setor de contabilidade, durante o exercício de 2010; e **b.2)** divergência no saldo da conta 'construção e aquisição de bens imóveis' apresentado no Anexo 2 (despesas segundo as categorias econômicas) e na DVP; **c) fixar multa** ao então Gestor, Sr. **Gilberto do Carmo Lopes Siqueira**, prevista no artigo 89, incisos II, da LCE n. 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, da Resolução-TCE n. 30/96, no valor equivalente a **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em razão da irregularidade descrita na alínea "a", considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, inciso III e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93; e **d) notificar o atual Secretário** de Estado de Habitação e Interesse Social, para proceder à correção da Demonstração das Variações Patrimoniais, no intuito de sanar as impropriedades detectadas pela Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária e apresentá-la na próxima prestação de contas da Unidade, sob pena de responsabilidade. **Decidiu-se, ainda, por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, com voto de desempate da Conselheira-Presidenta**: **1)** condenar o gestor à **devolução** do valor de **R\$ 49.790,17** (quarenta e nove mil, setecentos e noventa reais e dezessete centavos) contratados acima dos menores orçamentos propostos, nos convênios analisados, sem justificativa; **2) aplicar multa de 10% sobre este valor**, conforme art. 88, da LCE nº 38/93; e **3) abrir processo autônomo** para acompanhar o registro, no patrimônio do Estado dos bens imóveis adquiridos e edificadas, no montante de R\$ 36.003.545,91 (trinta e seis milhões, três mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e um centavos), ainda não lançados, apurando a responsabilidade pelo prejuízo no caso de impossibilidade. Após as formalidade de estilo, pelo **arquivamento** dos autos. **Vencida**, em parte, a Conselheira-Relatora, que votou, acompanhada pelos Conselheiros José Augusto Araújo de Faria e Ronald Polanco Ribeiro, pela abertura de processos autônomos, para cada Convênio, no intuito de apurar a responsabilidade dos Srs. Prefeitos Municipais, à época, de Acrelândia (Sr. Carlos Cesar Nunes de Araujo), Manuel Urbano (Sr. Manoel da Silva Almeida) e Senador Guimard (Sr. James Pereira da Silva) respectivamente, bem como dos membros das comissões de licitação Srs. Rita de Cássia Negrelli Pereira, Santana Cavalcante Costa de Oliveira e Rodrigo David de Oliveira (Acrelândia), Srs. Albertes Paiva da Silva, Samya Ferreira Silva Melo e Airton da Silva Magalhães (Manuel

(Acórdão nº 9.511/2016/Plenário-TCE/AC – FL. 03 de 03)

Urbano) e Nádia Maria Vilarouca Monteiro, Enoque de Souza Jesus e Raimunda Temoteo Queiroz (Senador Guimard) e das Pessoas Jurídicas SR Comércio, Construções e Terraplanagem Ltda.-ME (Acrelândia), Maristela O. Souza-ME (Manuel Urbano) e Beta Engenharia Ltda. (Senador Guimard), em razão do apontado dispêndio de recursos públicos a maior, ocasionando dano ao erário (subalíneas *m.12*, *m.13* e *m.15* a *m.17* - contratação de empresa por preço superior à melhor proposta apresentada nos processos licitatórios realizados nos Convênios nºs 001/2009 e 010/2009; ausência de documentos que comprovem a habilitação das empresas vencedores dos processos licitatórios dos Convênios nºs 001/2009 e 010/2009; não correspondência entre a atividade desempenhada pela empresa e o objeto contratado no Convênio n. 010/2009; divergência entre o preço ofertado no processo licitatório e o orçamento da empresa Beta Engenharia Ltda, contratada no Convênio n. 018/2009; inconsistência entre as datas da ata de abertura e reabertura da Tomada de Preços n. 006/2009, além da ausência de identificação dos presentes que a subscreveram, relativa ao Convênio n. 018/2009).

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 14 de abril de 2016

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor em parte

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC